

Artigos

Política e ridicularização: uma sociologia pragmática da “graça” da crítica em cartazes das “Jornadas de Junho”¹

Alexandre Werneck*

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o papel desempenhado pela matriz formal de uma crítica jocosa para sua *efetivação* em situações de crítica públicas, com ênfase no processo de *ridicularização* do objeto da crítica e da mobilização da “graça” como competência de efetivação. Para tanto, são observados cartazes levados aos protestos ocorridos ao longo de 2013-2014, no Brasil, que recorreram à jocosidade. A análise, com base em uma abordagem pragmática da crítica, e que consistiu na observação, padronização e tipificação de forma e conteúdo de cerca de 350 cartazes considerados jocosos, permitiu acessar o discurso crítico em momentos nos quais ele se afasta do imperativo de racionalidade do processo de justificação, em uma mecânica na qual o criticado tem sua grandeza atacada por meio de sua redução ao ridículo. São, assim, tipificados cinco *regimes de ridicularização* usados nas manifestações e cujas competências são formas da graça, quando mobilizadas para ridicularizar: 1) analogias valorativas; 2) niilismo; 3) manifestismo; 4) pautismo; e 5) ataque ao poder. A partir deles, foi possível ainda observar uma competência de observação crítica jocosa do mundo fundada na graça.

Palavras-chave

Crítica. Ridicularização. Protestos. Jornadas de Junho. Pragmatismo.

Abstract

The article Politics and Ridicule: A Pragmatic Sociology of ‘Funniness’ and ‘Inspiration’ of the Critique in Posters of the ‘Journeys of June’ aims to analyze the role played by the formal

¹ Este texto contém resultados do projeto Violências Moduladas: Gramáticas e Dispositivos da Crítica e da Negociação na Conflitualidade Urbana no Rio de Janeiro, coordenado por mim e financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) – Edital de Pesquisa Básica (Processo E26/110.327/2014). Quero registrar a participação fundamental de Gabriel Bastos Gorini, à época pesquisador júnior do Necnv integrado ao projeto, que procedeu uma primeira etapa do levantamento dos cartazes (Werneck, 2016).

* Alexandre Werneck é professor do Departamento de Sociologia da UFRJ. E-mail: av.werneck@ifcs.ufrj.br.

matrix of joking criticism for its effectuation in situations of public critique. The analysis is focused on the process of ridiculing the object of critique and the deployment of “grace” as the competence of effectiveness. To do so, I analyze posters of the protests that took place during 2013-2014 in Brazil that used joking. The analysis is based on a pragmatic approach to critique. It consisted in the observation, standardization and typification of the form and content of about 350 posters considered jocular, allowed access to critical discourse at moments in which it departs from the imperative of rationality of the process of justification, in a mechanics in which the one criticized has its worth attacked by means of its reduction to ridicule. Five regimes of ridicule used in manifestations are thus typified, and whose competences are forms of grace when mobilized to ridicule: 1) valuation analogies; 2) nihilism; 3) ‘protestism’; 4) ‘claimism’; and 5) attack on power. Based on those regimes, it was possible to describe a competence of joking critical observation of the world based on grace.

Keywords

Critique. Ridicule. Protests. Jornadas de Junho. Pragmatism.

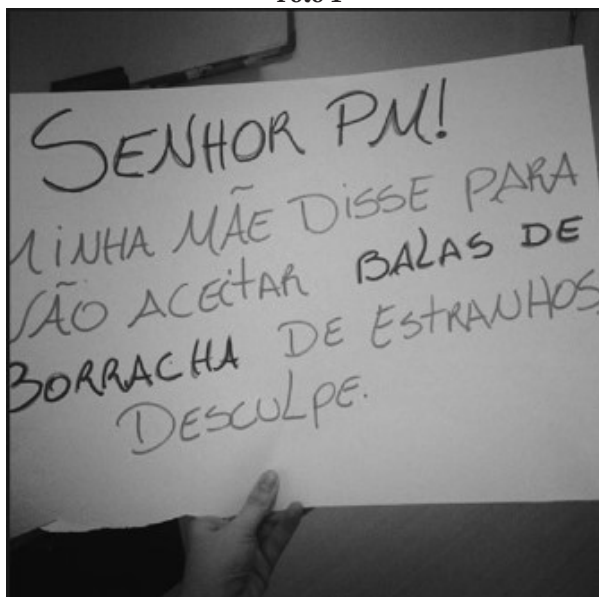
Apresentação

As manifestações políticas de que o Brasil foi palco ao longo de 2013 e que restaram conhecidas, entre outros títulos, como Jornadas de Junho (SECCO, 2013; SCHERER-WARREN, 2014; CATTANI, 2014; WERNECK; LORETTI, 2018)², tornaram-se, para um painel bastante variado de interpretações, uma espécie de ponto de inflexão em nossa atual ordem moral. Como demonstraram muitos trabalhos (MENDONÇA, 2018, CATTANI, 2014b), ainda está por se fazer um mapeamento completo das consequências daqueles protestos e dos que se seguiram nos anos posteriores: se, por um lado, boa parte das análises enxergou naqueles movimentos ecos de uma inovadora movimentação global de grandes manifestações libertárias fincadas em movimentos sociais em consolidação (ABREU; LEITE, 2016; GONDIM, 2016; ALONSO, 2017), por outro, alguns viram neles um prova de crescimento de uma “onda neoconservadora” (SCARTEZINI, 2016; ARRETICHE; ARAÚJO, 2017; PINTO, 2017). Mas seja qual for a análise sobre 2013, há consenso de que, muito embora aquelas passeatas contassem com um ponto de partida comum em torno do valor das tarifas

² Para uma cronologia concisa dos protestos, ver Cattani (2014, pp. 103-107). Para descrições sintéticas de todo o fenômeno por jornalistas estrangeiros, ver Romero (17/06/2013) ou Watts (21/06/2013).

de transporte coletivo e com uma interligação geral relacionada a uma crítica ampla à política no Brasil – e talvez mesmo por conta disso –, o período ficou marcado por uma enorme e desconcentrada diversidade de reivindicações (SANTOS, 2014). Rapidamente, no entanto, essa infinidade de pautas foi sendo ombreada, e algumas vezes substituída, por uma demanda específica por democracia e por uma discussão geral sobre o país: com a forte repressão aos protestos por parte dos poderes locais (SANTOS; FACHINETTO; RIBEIRO, 2014), logo as reivindicações se deslocaram, por um lado, para o direito de manifestação em si e, por outro, para a moralidade e a eficácia do modelo político/administrativo vigente (BRINGEL, 2013). Mas, ora, em um momento como esse, de grande efervescência militante e, em consequência dela, de grave mobilização de energia e resistência pelas forças de segurança (BBC, 13/06/2013; PASSARINHO, 21/06/2013; ROSSI, 28/01/2015), em vez de uma hegemonia de cartazes demandando direta e explicitamente menos repressão – como vários pedindo “Paz” e “Sem violência” observados em vários momentos –, é digno de nota ver a crítica colocada em outros termos, como nestes (Foto 1):

Foto 1



Fonte: Reprodução da internet.

Essa imagem exemplifica uma vasta galeria de anúncios levados às ruas naquele momento. Em meio aos gritos de guerra e a cartolinas e tecidos expressando de forma direta demandas das mais variadas pautas, das mais objetivas às mais vagas (WERNECK; LORETTI, 2018), muitas mensagens publicizadas traduziram suas exigências por cartazes e palavras de ordem *jocosos*. Nesse sentido, a jocosidade – principalmente por meio, como veremos, de paródias, zoações (WERNECK, 2015), memes³ e dispositivos de caráter mais linguageiro, como rimas e trocadilhos – mostrou-se um importante modo encontrado pelos atores para fazer circular suas críticas, na forma de uma operação de denúncia imiscuída no discurso bem-humorado (CHOCK, 2001; HERZFELD, 2001; COLEBROOK, 2004; THOMAS, 2015). No caso específico do cartaz citado, vê-se uma alusão irônica a um dos aparatos mais recorrentemente mobilizados pelas polícias na ação repressiva, a bala de borracha, armamento não letal inserido na paródia a uma frase clássica, aquela de que “as crianças não devem aceitar balas [*doces ou presentes em geral*] de estranhos”. Como veremos adiante, o efeito de sentido produzido é a *ridicularização* da própria figura do policial militar, aqui reduzida em sua força por essa construção, o que redistribui uma economia do poder e da *actância* em um sistema de *denúncia pública* (BOLTANSKI, 1990).

O objetivo deste artigo é analisar o papel desempenhado pela *matriz formal* (WERNECK; LORETTI, 2018) de uma crítica jocosa para a *efetivação* desta em situações públicas⁴, com ênfase nos processos de *ridicularização* (BILLIG, 2005) do objeto da crítica (seja este uma ação praticada ou seu praticante) e de mobilização da “graça” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2019[1991]) como competência de efetivação, além de demonstrar como

³ Um *meme* é um signo que se espalha maciçamente via internet, originalmente em um sistema pessoa a pessoa (*peer to peer*), mas mais recentemente em um modelo que podemos chamar pessoa ao público (*peer to all*), mais próprio das redes sociais, por meio de repetições e/ou alterações. O termo de uso cotidiano se inspira na ideia proposta pelo biólogo britânico Richard Dawkins, que em seu livro *O gene egoísta* sugere um modelo explicativo para a difusão de informações no interior de uma cultura. No caso das manifestações, várias palavras de ordem ou trocadilhos visuais circulando pela internet, sendo nela alterados e difundidos, foram levados para as ruas, dando continuidade a uma difusão que, a partir da visibilidade dos protestos, ampliou-se ainda mais de volta à internet. Para mais sobre memes e sobre sua participação em protestos, ver Mina (2019).

⁴ Assim como em Werneck e Loretti (2018), a efetivação a que me refiro diz respeito à efetividade da colocação crítica de ser possível apresentar um discurso crítico. Assim, não busco avaliar a eficiência das críticas nem o papel da jocosidade nessa eficiência. Devido a seu caráter situado, não seria possível fazer uma análise desse tipo com o material disponível. Para uma discussão sobre a eficácia crítica, ver Boltanski (1990) e Hirschman (1973; 1991).

esse processo permite a evitação do principal protocolo da crítica baseada no regime de justiça, a saber, o imperativo de *comprovação*. Para tanto, foram analisados cartazes jocosos levados aos protestos ocorridos no Brasil ao longo de 2013 e em uma segunda onda, em 2014, mapeando-se os principais dispositivos de crítica jocosa operacionalizados naquele momento.

Além disso, um outro objetivo do artigo é apresentar e disponibilizar um panorama geral dos dados resultantes da pesquisa, tanto os que fundamentam esta análise quanto os que possam subsidiar outras elaborações, minhas e de colegas. Ao todo, foram tratados 347 cartazes considerados jocosos – em um universo amostral de 550, recolhidos das manifestações por variados meios: observação direta *in loco*, pesquisa na internet e em acervos de imagens de jornais e fotógrafos amadores⁵. A análise consistiu na observação, interpretação semiótica (VAN LEEUWEN, 2004; HODGE, 2016), padronização e tipificação de forma e conteúdo desses cartazes (MOLES, 2004)⁶, tratando-se o cartaz jocoso como um dispositivo de crítica, o humor como um espaço de sentidos complexos (WATSON, 2015) e a forma-cartaz como uma forma específica daquilo que, em outro texto (WERNECK, 2015, pp. 194-195) chamei de forma-crítica, um protocolo do tipo:

1) A, que está na mesma situação que B, se sente incomodado com o estado (grandeza) ocupado por B, o que prova que A possui uma capacidade moral, ou seja, uma faculdade para decidir o que acha certo e o que acha errado, o que é bom ou mau para ele; 2) A, que possui também capacidade crítica, “percebe não poder mais suportar esse estado de coisas” e se sente impelido a expressar sua insatisfação – poderia perfeitamente ficar quieto, mas, em vez disso, “não guarda seus sentimentos para si”; 3) A constrói uma afirmação – isto é, uma expressão linguageira com pretensão de verdade – segundo a qual tenta demonstrar o caráter problemático do estado do outro na situação, chamando a atenção para a falta

⁵ Esse número foi o que permitiu alcançar a saturação (GLASER; STRAUSS, 1967) e representa o volume de cartazes únicos – já que foi observada uma considerável repetição de mensagens de manifestação para manifestação – fosse porque os mesmos manifestantes simplesmente o repetissem de evento a evento, fosse porque alguns cartazes, dada a velocidade da difusão pela internet, se tornassem “virais”, produzindo uma contaminação e conseqüente repetição do mesmo.

⁶ Muito embora quase todos os trabalhos sobre as manifestações citem os cartazes, os trabalhos dedicados efetivamente a eles são pouquíssimos e especialmente concentrados na área dos estudos de linguagem (nas áreas de Letras e Comunicação), de modo que, muito embora eles sejam interessantes, sua abordagem apenas tangencia os objetivos deste artigo, de modo que não os explorarei.

de legitimidade do estado, apontando, assim, a responsabilidade do outro, e demandando dele uma prestação de contas, um account (Scott e Lyman, 2008[1968]); 4) Como mostram Boltanski e Thévenot (1999, p. 360), essa tentativa de demonstração do caráter problemático não pode ser articulada de qualquer maneira; ela tem um protocolo, centrado em um componente inelutável da crítica, sua necessidade de provas: nessas situações, “as pessoas (...) envolvidas estão sujeitas a um imperativo de justificação. Aquele que critica outras pessoas tem que produzir justificações para sustentar suas críticas, assim como alguém que seja alvo de críticas tem que justificar suas ações para defender sua causa⁷.”

Meus estudos sobre a mobilização da jocosidade na crítica (WERNECK, 2015, 2016; WERNECK; LORETTI, 2018) tem demonstrado uma articulação entre a forma-crítica e uma outra, que, com base em um protocolo apreendido a partir de entrevistas com humoristas profissionais (WERNECK, 2015) e da própria literatura especializada em humor, tanto nativa (SACKS, 2009; 2014; KAPLAN, 2013) quanto analítica (LIMON, 2000; KUIPERS, 2006; DAVIES, 2011), chamei (WERNECK, 2016, p. 491) de *forma-piada*: “1) Situação (*setup*): Apresentação do conjunto de elementos. É a parcela que estabelece a expectativa e o conjunto de dispositivos em torno do qual se constrói logicamente a piada. 2) Virada (*punch*): É a parcela que estabelece uma mudança na situação, produzindo o efeito humorístico”.

A observação dos cartazes explicitou, então, a articulação dessas duas formas, com o aparente objetivo de enfraquecimento do lado criticado por sua redução ao ridículo (ROMANIENKO, 2008; BECKMAN, 2014). Assim, a forma-cartaz jocosa das manifestações de 2013 adotou prioritariamente o seguinte desenho: 1) uma exposição da situação do mundo, negativa, ou na qual a negatividade se revelará; 2) uma virada, revelando jocosamente uma dimensão insuspeitada da situação – que pode ser: o responsável pela condição negativa; uma solução (isto é, uma reivindicação); a própria negatividade da condição, se esta tiver sido ocultada no *setup*; algum elemento de fortalecimento do crítico ou algum elemento de enfraquecimento do criticado; ou, por fim, a demonstração do caráter absurdo de algo, pois, a partir dessa virada, esses elementos são responsáveis pela conversão do *setting* original em uma situação-tipo: a *ridicularização*. Dessa maneira, no exemplo apresentado anteriormente, a invasão do adágio “Minha mãe disse para não aceitar balas de estranhos” na comunicação entre militante e

⁷ Todas as traduções de citações feitas a partir de obras no original são minhas.

policial militar (performada publicamente, como espetáculo para a opinião pública) expõe a capacidade repressiva dos policiais como algo ridículo, já que reduz um ferramental de intervenção marcante da PM, a bala de borracha, dispositivo técnico, industrial (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2019[1991]), em elemento de uma narrativa doméstica (Idem), produzindo a virada determinante na forma-piada e o gracejo que desloca a situação crítica.

Esse material, então, permitiu compreender não apenas como o humor é usado nas situações de crítica pública, o que já foi bastante explorado em outros trabalhos (que citarei no próximo item), mas especialmente como a graça representa um dispositivo privilegiado para promover um deslocamento em sua operacionalização: em outro texto (WERNECK, 2015), discuti como a crítica pode evitar passar por momentos críticos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) ao ser *modulada*, o que era feito por meio justamente de um dispositivo jocoso, a zoação. Aqui, quero explorar um traço mais fundamental potencializado pela graça na esquiua desse momento: a evitação do processo de *comprovação* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2019[1991]) e, com isso, de um imperativo de racionalidade no qual a crítica, como elemento fundamental da *accountability social*, estaria imersa.

Uma sociologia da crítica, não dos críticos: da jocosidade à graça como variável analítica

O estudo da crítica jocosa e de seu papel no momento crítico aqui realizado se alinha aos esforços de modelização desse objeto promovidos pela sociologia pragmática da crítica (BOLTANSKI, 2009, 2015) e chama atenção para seu papel em uma sociologia compreensiva da moral (WERNECK, 2014), isto é, para o entendimento de como a crítica é um operador basal da *accountability social* (BURKE, 1935, 1945; WRIGHT MILLS, 1940; AUSTIN, 1956-1957; SCOTT; LYMAN, 2008) e, portanto, da operacionalização da vida moral dos atores sociais. Assim, aqui, prospecto e formalizo analiticamente a operação de formalização já promovida pragmaticamente pelas próprias pessoas ao se colocarem na posição de críticos. Com essa análise, pode-se ver como eles se mostram gerativamente competentes (BOLTANSKI, 1990) na construção e operacionalização de uma matriz de elementos característica da definição de uma crítica (WERNECK; LORETTI, 2018).

Nesse sentido, este trabalho, como em geral essa sociologia, promove um deslocamento típico dessa abordagem pragmática: dos críticos para a crítica. O foco empírico/metodológico, assim, é depositado estritamente nos discursos, nos dispositivos e nas situações críticas. Os atores e suas histórias são colocados entre parênteses e pensados como integrantes de um sistema actancial da crítica (isto é, como actantes formais da situação), o que permite enfatizar a dimensão formal da mesma e seu protocolo. E mesmo sua dimensão hermenêutica adquire esse formato, uma vez que os conteúdos das críticas são pensados como dispositivos do processo geral de efetivação em situação e integrantes de um processo de significação (isto é, centrada em sua gramaticalidade e seus códigos e protocolos). A principal vantagem dessa opção foi tornar possível compreender a semiótica desse processo, permitindo isolar os elementos de significação e os pensar no interior de um sistema actancial, com a *situação* como unidade analítica e, como veremos, com a graça como sua variável.

Em trabalhos anteriores (WERNECK, 2015, 2016), demonstrei a potência da jocosidade como elemento modulador da crítica. Essa discussão dialoga com o já bastante estabelecido interesse das ciências sociais e da filosofia pelo humor como dispositivo de sociabilidade em suas várias formas⁸. Além disso, alinha-se também com um crescente interesse pelo papel da jocosidade nos protestos políticos, no qual se destacam as várias contribuições contidas em T'Hart e Bos (2008), em Yacintas (2015) e, mais recentemente, em Trnka e Rehak (2018), além dos trabalhos individuais de Beckman (2014) e King (2016). Em outro texto (WERNECK; LORETTI, 2018), demonstramos como a dimensão formal de uma crítica é central para sua efetivação como discurso crítico e como a morfologia da crítica jocosa reforça esse imperativo formal. Aqui, a análise recai sobre a conversão de um “*momento crítico*” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) em um tipo peculiar, jocoso, próprio a certas formas de “*denúncia pública*” (BOLTANSKI, 1990),

⁸ Uma revisão densa dessa bibliografia ultrapassaria os limites e os objetivos deste texto. Para mais sobre seus fundamentos e minha já realizada exploração deles, ver Werneck (2015). Lá (pp. 190-191), mostro, entre outros detalhes, que “[o] tema da jocosidade tem recebido atenção esparsa nas ciências sociais. Embora haja área de estudos de humor relativamente consolidada, que une sociologia e antropologia - Seckman e Couch (1989); Fernandez e Huber (2001); Billig (2005); Kuipers (2006); Raskin (2008) [*e mesmo Berger (2017[1997]) e as contribuições clássicas dos funcionalistas ingleses, especialmente Radcliffe-Brown (1940, 1949) e Peters (1972)*] -, filosofia e psicologia - Morreall (1986); Critchley (2002); Buckley (2003); L'Yvonnet (2012); *sem contar as clássicas contribuições de Bergson (2001[1900]) e Freud (2014[1927])*] -, estudos de comunicação e teoria da linguagem - Palmer (1994); Hutcheon (1995); Ermida (2008) - e bastante produção sobre história do riso e do humor - por exemplo, Alberti (1999), Minois (2003) -, a relação entre humor e sociabilidade tem merecido uma leitura bastante menos fecunda do que poderia.”

configurando uma crítica pública (WERNECK; LORETTI, 2018), buscando o reconhecimento de um “problema público” (GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2002): nesse “*sistema actancial da denúncia*”, conforme ainda Boltanski (Idem, ibidem), forma-se um sistema actancial no qual um *denunciador* (o manifestante) tenta mostrar ser de interesse universal uma crítica (tornando-a *denúncia*) a um *perseguidor* em favor de uma *vítima* (não raro, os próprios manifestantes) e diante de um *juiz* (em geral, a opinião pública). E nessa forma específica aqui descrita, entre outros resultados, com o condão de tornar maior o poder de acusação do crítico (denunciante) e de tornar inoperante a capacidade de defesa do perseguidor, atua um dispositivo fundado na forma de expressão: a já citada *ridicularização* promovida pela linguagem jocosa. No caso das manifestações políticas observadas⁹, isso se deu especialmente, como visto, pelo uso de palavras de ordem veiculadas em cartazes, cuja operação central, demonstro aqui, consiste em *fazer graça*.

O modelo das *economias da grandeza* (EG), de Boltanski e Thévenot (2019[1991]), aponta a graça como uma das competências universalistas (WERNECK, 2018a, p. 100) consagradas na modernidade para se legitimar ações/situações/engajamentos em termos da questão da justiça – isto é, no regime “*de justiça*” (BOLTANSKI, 1990) ou “*do justo*” (THÉVENOT, 2006). Com base em uma digressão a partir da filosofia política de Santo Agostinho, eles (Idem, ibidem) apontam a graça como a competência própria à grandeza (citê)¹⁰ da inspiração, isto é, aquela percebida pelos atores sociais como indicativa de que algo singular está colocado no mundo e advindo de um sopro criativo, proveniente de uma fonte superior e em certa medida transcendente. Essa inspiração (divina ou de outra origem) marca a produção da fala mística nos contextos religiosos, mas igualmente fundamenta ainda a singularidade do grande criador/da grande criação na arte e nas ciências (HEINICH, 2005). Ora, muito embora essa inspiração seja articulada como “*graça*”, isto é, como algo necessariamente concedido, como uma dádiva da esfera transcendente – nas palavras de Santo Agostinho,

⁹ Tenho consciência de que tangencio algumas áreas de estudo para as quais os objetos aqui observados são caros, em especial os estudos de movimentos sociais. No entanto, mantenho-me a certa distância de sua literatura própria, a fim de me concentrar em uma *sociologia da crítica* de matriz pragmática (BOLTANSKI, 2015[1990]; 2009). Essa redução e a ênfase em uma abordagem situacionista (THOMAS, 1966[1923], CICOUREL, 1964; JOSEPH, 1984) permitiu isolar de forma concentrada os elementos do objeto e entender sua gramática transversalmente a seus vários usos.

¹⁰ Na edição brasileira de *De la justification*, no prelo no momento de publicação deste texto, por cuja tradução fui responsável, mantive o termo citê como neologismo em português, grafando-o em sem grifo.

“a graça é dotada da gratuidade da dádiva” (apud BOLTANSKI; THÉVENOT, 2019[1991], p. 187) –, com o ator se tornando o veículo da transcendência responsável por essa concessão (no caso laico, representado pela inspiração criativa), não sendo, então, experimentada como resultado de mérito, e sim de um “favor” de “seu concedente”, essa graça se torna ela própria um desafio: é preciso explicitá-la, demonstrar sua presença no que ocorre em um mundo inspirado. Isso, então, ainda de acordo com o modelo das EG, envolve certa humildade, para aceitar a dádiva que é a inspiração – e de não buscar a glória, o reconhecimento honorífico próprio à *cité* da opinião. Esse mundo, “no qual os seres devem se manter prontos a acolher mudanças de estado, conforme a vontade da inspiração, [e] é pouco estabilizado e fracamente equipado” (Idem, p. 275), “deverá, (...) enfrentar o paradoxo de uma grandeza que se furta à medição e de uma forma de equivalência que privilegia a singularidade”. Assim, por exemplo, a própria dinâmica da “viralização” (maciça onda de replicação de um signo pela internet) e do meme marcantes nos cartazes explicita esse mecanismo: a singularidade em jogo não será a dos atores ou da ocorrência, já que esse mundo é alimentado pelas repetições (pelo compartilhamento próprio às redes sociais); trata-se da singularidade da “sacada”, como se diz, isto é, do raciocínio esperto usado para a ridicularização situada. Nessa gramática, grande é o cartaz, grande é a piada, não a pessoa.

Como mostram vários autores interessados no humor e já citados (LIMON, 2000; KUIPERS, 2006; ERMIDA, 2008; SACKS, 2009; 2014; DAVIES, 2011; KAPLAN, 2013; THOMAS, 2015), a lógica jocosa é uma área da inspiração humana notadamente metalinguística: nela, como se diz, se “faz graça”, isto é, se explicita a singularidade de uma mecânica¹¹ e se demonstra sua inspiração, sua *espirituosidade*. Não à toa, diz-se, daquilo que faz graça, que é *engraçado*, tem graça (isto é, preenchido pela dádiva desse ser superior chamado inspiração). A configuração do jogo humorístico, então, nesse cenário – e na atual cena de sua própria arte – sugere um deslocamento da efetivação da jocosidade por uma inversão racionalista: a percepção do humor como evento emocional – no qual o primordial é fazer rir, produzir uma descarga involuntária (FREUD, 2017[1905]) se desloca para o reconhecimento da “graça” como fenômeno intelectualivo: não se trata tanto

¹¹ Como mostra Kuipers (2006), muito embora o atual cenário do humor seja de valorização do texto autoral, mesmo a piada clássica, fundada na anedota, em uma narrativa muitas vezes já conhecida e repetida (seja por um convidado em uma festa, por um palhaço no circo ou por um humorista de bordão na TV), com uma *punchline* não necessariamente surpreendente, envolve a singularidade, porque esta é percebida na origem criativa da piada e não em sua apresentação como algo novo.

de um julgamento do que seja “engraçado” como algo que provoque a risada quanto de um julgamento de algo “com graça” como aquilo que explicita uma grande ideia, que provoque o *sorriso* (i. e. o validamento) indicativo de uma “sacada” (POLLACK, 2012)¹². Assim, como se verá adiante, a pesquisa com os cartazes demonstrou que os manifestantes trabalham com um espectro bastante amplo de mobilização da jocosidade, de modo que uma perspectiva “humorística” de análise se mostra insuficiente para dar conta de suas construções criativas: de um lado, a aparente maioria dos cartazes levados àquelas manifestações apresentam um formato quase estritamente informativo da reivindicação – e cuja efetivação se dá por meio da eficácia comunicacional; de outro, um manancial bastante grande, aqui observado, pareceu mergulhar na gramática inspirada, fundamentando-se na “graça”, basicamente demandando, em sua análise de competência, a avaliação da “esperteza” da mensagem, de uma afirmação da criatividade, em moldes consideravelmente técnicos, configurando um compromisso entre uma lógica inspirada e uma lógica industrial (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2019[1991]) – buscando uma mensagem menos informativa e mais simbólica (PEIRCE, 1977[1897]), isto é, aberta à interpretação.

Desse modo, foi necessário ampliar o escopo dos cartazes analisados para um plano que incluísse todos aqueles cuja mensagem não fosse explícita e objetiva (WERNECK; LORETTI, 2018) e buscassem alguma apresentação criativa (isto é, simbólica, aberta em termos semióticos) de sua crítica, já que todos eles poderiam representar a graça. Assim, por exemplo, um cartaz como “Saímos do Facebook”, não claramente humorístico, se integra a essa galeria por se mostrar inspirado ao informar metalinguisticamente que já havia sido concretizado o pedido de outra recorrente reivindicação daquele momento, “Sai do Facebook [ou do site pornográfico X-Videos, ou do jogo Candy Crush, ou de qualquer dispositivo do mundo virtual a prender a atenção dos possíveis manifestantes] e vem pra rua” (apresentado adiante). Por outro lado, anúncios como “Por uma política monetária séria”, carregado por uma criança; “Gás de pimenta para temperar a ordem” (aludindo ao armamento de efeito moral); ou “V de vinagre” (referindo-se, por um lado, ao condimento, usado pelos manifestantes para neutralizar os efeitos do

¹² Ao mesmo tempo, esses observadores percebem que o riso acaba por “retornar” a essa equação, a partir do fato de que as pessoas cada vez mais riem da grande sacada: se antes era a queda do palhaço que fazia rir, agora, as pessoas parecem cair na gargalhada mais diante da situação em que o palhaço, em vez de tropeçar, pega a casca de banana no chão e a entrega a um político, “dando uma banana” para os poderosos, em uma versão mais *duchampiana* da cena (LIMON, 2000).

gás, e, por outro, ao título do filme *V de vingança*, que serviu de inspiração para muitos manifestantes) poderão ser considerados engraçados ou não, sendo sua eficácia humorística algo subjetivo, sendo possível reconhecer objetivamente em pesquisa (e usar como variável de análise) a graça como competência, isto é, a mobilização de dispositivos de *fazer graça* para sua efetivação como cartazes *engraçados* – nesses casos, respectivamente, a performance de deslocamento de sentido, o jogo de palavras e a paródia.

Temos, então, diante de nós, operações de dois mundos que, como em geral na partida das operações no modelo das EG, se mostram incongruentes entre si: o mundo cívico, marcado pela ideia de representação de uma coletividade, almejada em uma manifestação pública, e o mundo inspirado, representado pela criatividade. Como dizem Boltanski e Thévenot (2019[1991], p. 278),

Os grandes inspirados abarcam os outros seres, englobam-nos e os realizam, mas não representando o que tenham todos em comum (como, por exemplo, os porta-vozes no mundo cívico), e sim, pelo contrário, ao afirmar sua singularidade. É por meio do que têm de mais original e mais singular, ou seja, por sua genialidade própria, que se dão aos outros e servem ao bem comum.

O que a pesquisa com esses cartazes mostrou, como veremos, é que o anúncio jocosos consiste, nos termos do modelo, em um dispositivo de compromisso entre esses dois mundos, justamente solucionando essa incongruência: o manifestante desaparece como pessoa para reivindicar ao mesmo tempo a condição de representante de uma coletividade (cívico) e grande figura criativa (inspirado). De fato, ele se tornaria grande no mundo cívico porque faz graça, porque demonstra, com sua ação de gracejo, a capacidade de representar muitos ao ridicularizar a figura criticada. Isso é coerente com a própria lógica de generalização do mundo inspirado, como mostram ainda Boltanski e Thévenot (2019[1991], pp. 276-277):

Nesse mundo, onde os seres são valorizados por sua singularidade e no qual o de mais alto grau de generalidade é o mais original, os grandes são ao mesmo tempo únicos e universais. Passa-se sem transição da singularidade do eu à generalidade de o homem, o ser humano. Assim, os artistas, que hoje frequentemente personificam a grandeza inspirada, são grandes porque abarcam os outros na singularidade de um nome próprio.

Assim, muito embora o cartaz seja algo externo a seus portadores, não é ele o aparelhamento da graça, mas algo abstrato nele contido, a ideia, a “sacada”, o que revela a graça. É sobre a forma dessa sacada que tratarei nas próximas páginas.

A sociologia da moral, seu suposto imperativo racionalista e a ridicularização como metapragmática do julgamento

A observação atenta aos cartazes das manifestações explicitou o mecanismo de implementação da forma-crítica por meio de uma coordenação com a forma-piada que oferece aos manifestantes um recurso para seu monólogo político: o caráter simbólico de suas mensagens, distinto dos registros de significação icônico ou indicial (PEIRCE, 1977[1897]) de uma crítica inserida no protocolo típico dos momentos críticos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999), faz a situação pivotar em seu protocolo lógico: de um momento crítico que induziria o processo de comprovação (de avaliação racional com base em provas de tangibilidade consistentes) para um momento de crítica em que, por força da graça, não se avalia nada racionalmente, pelo contrário, é-se levado pelo convite da ridicularização para a ratificação da denúncia pública¹³. Como dizem Boltanski e Thévenot (2019[1991], p. 276):

O inspirado não teme se definir com termos que, em uma lógica diferente, o depreciariam, como quando se qualifica a si mesmo de irracional. No estado de grande, os seres escapam das medições industriais, da razão, da determinação, das certezas da técnica e se desviam do comum das coisas para “adotar maneiras estranhas”. (...) Sabem reconhecer e acolher o que é misterioso, imaginativo, original, indescritível, inefável, etéreo ou invisível e ficam confortáveis em situações informais.

Pois bem, uma das consequências mais importantes da afirmação da agência competente dos atores sociais que compõe o núcleo da antropologia fundamentadora da sociologia compreensiva da moral de orientação pragmática (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; WERNECK, 2017) é que ela resgata aos atores sociais uma racionalidade fundamental:

¹³ Uma discussão sobre os motivos ou as explicações para o carreamento coletivo nas manifestações é uma pauta clássica da psicologia social – ver, a exemplo disso, Freud (2011[1921]) – e escapa aos limites e objetivos deste artigo. O que interessa aqui é o que ocorre, uma vez que o carreamento esteja fundado na graça.

capazes de criticar, eles são, evidentemente, seres capazes de avaliar. Mas, ora, ao mesmo tempo que promove esse reconhecimento, ela parece impor aos atores um imperativo de racionalidade: a capacidade moral de certa maneira informa que os atores sempre avaliam, o que poderia sugerir que eles sempre calculam (já que *ponderam* o que é bom e o que é ruim). Esse enquadramento, certamente fundamentado em uma raiz weberiana que permite a Schütz (1943) falar em múltiplas racionalidades, abrindo caminho para o vasto pluralismo racional da fenomenologia e da etnometodologia, no entanto, não pode ser confundido com um simplista individualismo cognitivo: não podemos achar que as pessoas pensam o tempo todo racional e estrategicamente, embora seja evidente que elas façam julgamentos morais o tempo todo (ainda que de forma incorporada em um ritual ou dispositivo). Por outro lado, o tratamento analítico, como vemos mesmo em Weber (1947[1922], p. 92), é racionalista: ele trata o pensado e o emocional ambos como pensados – isto é, como se na origem de qualquer ação houvesse sempre um pensamento. A base do raciocínio típico-ideal weberiano é a ideia de que as pessoas podem não refletir claramente sobre os motivos das suas ações, mas eles estão lá, nas ações, já que a intersubjetividade do “*levar em conta o comportamento do outro*” o determina. De certa forma, é como se as pessoas não pensassem o tempo todo, mas ações sociais, sim. Weber sabe, no entanto, e nos diz, que isso não pode significar que os atores são calculistas (SCHÜTZ, 2018[1967]). Ora, para uma sociologia da moral, esse desenho precisa ser ainda mais cuidadoso: o par crítica – ou, ainda antes dela, “*interpelação valorativa*” (SCOTT; LYMAN, 2008[1968]) – e *accountability* desenha um retrato das situações morais como uma negociação aberta e racionalizada, no qual atores, plenamente capacitados para fazer a ligação entre um plano pragmático e um plano abstrato (capacidade metafísica) mobilizam os valores “que querem” e os aplicam em uma relação criativa, competente (no sentido gerativo) em relação à gramática do social/ da moral, criatividade essa que tem a ver com outros detalhes dessa antropologia do ator moral: ele é dotado de capacidade criativa, de capacidade gramatical, de capacidade moral e de capacidade crítica (WERNECK, 2012, 2017). Tudo isso poderia ser confundido com uma abordagem por demais mentalista ou, pior, fundamentalmente reflexiva e calculista. E o mundo claramente resiste a um desenho tão simples (SCHÜTZ, 2018[1967]). Como deixa claro Thévenot (1989), uma teoria da ação com bases estritamente calculativas deixa a desejar por não dar conta dos esforços de coordenação convencionais com base em um mundo de formas plurais que envolve

fatores não reflexivos. Uma das provas disso está na discussão promovida pelo próprio modelo das EG sobre compromissos e relativizações – esferas de acordo nas quais o processo de racionalização típico da comprovação cede lugar a uma esfera do subliminar e do tácito/implícito (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2019[1991], pp. 411-495).

A observação de críticas jocosas em protestos públicos, isto é, em momentos em que não se está aberto a buscar a prestação de contas do outro lado¹⁴, revela uma complexificação ulterior dessa questão: a crítica cujo formato lança mão da jocosidade injeta toda uma gama de obstáculos à ponderação objetiva na economia da moral ali em jogo: como já dito, o tipo de signo colocado diante dos atores na graça é simbólico (PEIRCE, 1977[1897]), aberto, conduzindo para a cena moral da crítica um outro modelo de valoração/avaliação, mas, mais especificamente, uma outra economia da crítica: ela não pode ser pensada no interior de um processo de comprovação (*épreuve*) simples, cuja base seja a tangibilidade de provas de conexão entre a efetividade da situação e uma metafísica – isto é, semioticamente, entre signos indiciais e objetos discretos (WERNECK; LORETTI, 2018). Ele constrói uma crítica cuja efetividade tem menos a ver com o mérito lógico/hermenêutico dos termos e mais com os elementos formais da disputa.

Como demonstrei em outro texto (WERNECK, 2015) e demonstrarei adiante, é de uma potencialização da criticidade e da extração da crítica do plano da racionalidade moral calculativa que se trata: o humor desloca a situação do julgamento sobre a justiça para a afirmação de um quadro de, neste caso, pura negatividade moral, sem a necessidade de comprovação/prova – a crítica pública jocosa é *acusatorial* (WERNECK; LORETTI, 2018). O espírito dessa denúncia pública, então, é de construção do papel de “*grande perseguidor*” (BOLTANSKI, 1990), sublinhando a dimensão parareflexiva e não tangível do sofrimento impingido: a “*tópica da denúncia*” (BOLTANSKI, 1993) é mobilizada, mas sem que qualquer formalização calculativa precise (ou mesmo possa) ser feita: tudo é hiperbólico e significativo, integra uma *poética da crítica*.

Como argumentam ainda Boltanski e Thévenot (2019[1991], p. 99), a abordagem das EG representa uma forma de ultrapassar esse problema

¹⁴ Uma manifestação, claro, pode buscar a voz do criticado – por exemplo, como quando se exige a presença de um representante dos patrões ou do governo em uma manifestação diante de um de seus prédios. Esse caso, no entanto, acaba tendo um duplo estatuto: de um lado, uma performance de exposição do oponente; de outro, uma crítica extra: ao fato de o interlocutor não querer dialogar.

por meio de uma integração como gramática da operação de avaliação, sendo possível, com isso “contornar a partição entre o justo, cuja colocação no centro das atenções seria orientada apenas por uma argumentação válida em termos da razão, e o ajustado, cuja evidência gritante dependeria totalmente da adequação natural ou instrumental entre as coisas”. Essa descrição evidencia uma diferença fundamental entre avaliação de justiça, interpretativa, e avaliação de *ajustamento*, objetiva. Mas ambas estarão em tensionamento com a situação prática experimentada pelos atores. E é nesse tensionamento com o mundo que uma significação aberta pode ser operacionalizada na crítica. De acordo com Livet e Thévenot (1997, p. 413):

O aspecto avaliativo das ordens de grandeza (...) que identificamos como enquadramentos de justificação, ou mais generalizadamente como julgamentos de valor, deverá se fundamentar em ‘valências’ primárias, associadas às emoções (...), emoções sociais, ou públicas, que dependem de interações com os outros.

A ideia de “*valência*”, aqui, se torna central: ela tenta nos fazer trilhar o caminho entre emoções (intangíveis) e racionalizações (tangíveis). Assim, uma teoria séria do *accountability* moral precisa levar a sério as “afetações” (MEAD, 1934) dos atores sociais. A integração entre emoções e cognição precisa ser feita reconhecendo-se o papel desempenhado por aquelas nesta, como mostram os autores, por meio do traçado de uma matriz das emoções envolvidas no processo de racionalização coletiva. E ainda para esses Livet e Thévenot (Idem, p. 436), o movimento de passagem da emoção individual para a coletiva consiste – bastante weberianamente, deve-se dizer – em “*se desprender do egocentrismo próprio à ação por meio da inquietação com a avaliação dos outros*”. Essa operação de *semiótica moral*, de associação/pareamento entre emoções como formas e avaliações como conteúdos, no entanto, não pode ser tratada como um calculismo, na medida não apenas em que essa avaliação está incorporada tanto estruturalmente quanto cognitivamente, mas ainda porque os atores contam com a capacidade de submergi-la em uma zona cinzenta de indefinição sobre elementos formais próprios a essa avaliação, uma vez que as emoções, no caso em análise, são canalizadas e administradas – por vezes de forma modulada (WERNECK, 2015, 2016) – pela graça.

A proposta, então, aqui e em trabalhos futuros, é colocar entre parênteses um tratamento concentrado na antropologia do ator crítico (WERNECK, 2017), a fim de evitar a ideia de que a racionalidade calculativa seja

uma característica incontornável dos humanos, e depositar a ênfase da análise nas várias racionalidades das *situações*, isto é, a aposta de que elas carregam em si um conjunto de *lógicas intrínsecas* (que poderão, usando-se os termos de Weber, ser racionais ou não racionais em termos dos motivos), mas que sejam entendidas não como uma disposição cognitiva e sim como uma resultante estabelecida intersubjetivamente e por meio dos empreendimentos de definição (THOMAS, 1966[1923]), processos investigativos (DEWEY, 1938) colocados em prática *coordenadamente* pelas pessoas: o “*espírito*” (de que fala Weber) é incontornavelmente social (RINGER, 1997; SELL, 2013). Dessa maneira, como disse, importa menos se as pessoas pensam, refletem, planejam, calculam em uma situação, e mais que a situação, se pode ser efetivada, o é apenas se puder sustentar uma racionalidade – uma gramática – de sua efetivação. E essa gramática deverá poder ser descrita analiticamente como resultante do empreendimento de pesquisa/teorização – e apenas nesse plano pode ser pensada como necessariamente racional (WEBER, 1947[1922], p. 92-93).

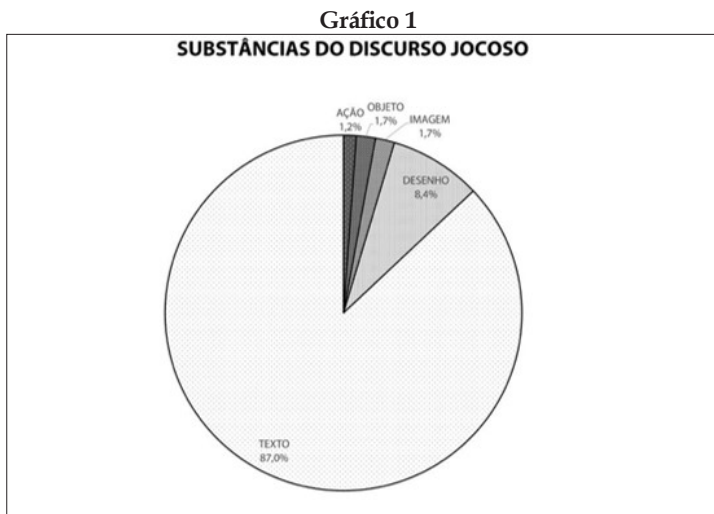
Assim, o que parece estar em jogo em um objeto como a manifestação crítica jocosa – e, em consequência de sua observação, em toda crítica que recorra a esse formato – é uma metapragmática (WERNECK, 2012) do julgamento: os atores parecem reconhecer o caráter prático da operação por meio da qual a ridicularização expurga o julgamento como atividade racional universalista e o utilizam competentemente (*como se o racionalizassem previamente*) para atuar em circunstância. A análise dessa metapragmática mostra que a *graça*, ao se tornar a nova variável em jogo, em um plano estético, constrói a potência daquilo que é propriamente o fim do protesto: o ataque ao criticado e seu desarmamento. É na direção dessa metapragmática que apontam os dados da pesquisa realizada, que agora apresento sinteticamente.

Panorama da pesquisa e características das críticas: forma e conteúdo

Formas substantivas

Os cartazes observados lançaram mão de cinco diferentes suportes materiais com os quais a mensagem crítica jocosa principal foi construída, configurando diferentes substâncias discursivas: 1) textos; 2) desenhos;

3) imagens; 4) objetos; e 5) ações. Entre elas, uma enorme preferência pelo texto, como se pode ver no Gráfico 1 a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em outro texto, já citado (WERNECK; LORETTI, 2018), exploramos a variação substantiva do discurso crítico, distinguindo substâncias *oral, escrita, imagética ou actancial*. No caso específico do cartaz, a dimensão oral é, salvo em situações raríssimas, irrelevante (MOLES, 2004)¹⁵. E a dimensão imagética precisou, aqui, ser detalhada: em alguns casos, *imagens fotográficas e objetos* conduziam o cartaz para uma referência realista; em outros, *desenhos* mobilizavam uma perspectiva mais poética e simbólica. Essa classificação, ao mesmo tempo, não é excludente: em geral, nos cartazes, esses recursos se coordenam com uma substância auxiliando outra¹⁶ – de modo que as categorias aqui formadas são definidas por seu elemento mais central. Assim, vejamos (Foto 2):

¹⁵ Ela não é irrelevante nas manifestações *in loco*, evidentemente, já que as palavras de ordem coletivas se mantiveram em ação em todas elas em vários momentos. Mas é fácil observar uma regular disjunção entre conteúdo textual do cartaz e as palavras de ordem mais gerais apresentadas – salvo no caso das palavras de ordem mais gerais e *manifestistas*, como veremos.

¹⁶ Por outro lado, essa associação não se apresentou de forma nem tão ampla nem tão determinante para justificar a formação de categorias classificatórias mistas.

Foto 2



Fonte: Reprodução da internet.

Nesse caso, a frase escrita, potencialmente jocosa em si própria por citar uma expressão popular (“Saí/não saí bem na foto”), acaba por só fazer sentido por ostentar uma caricatura (categoria de desenho que expõe um personagem em traços exagerando características marcantes) da presidenta Dilma Rousseff, governante do país naquele momento. Em outro caso, um anúncio com o texto “Dilma, manifeste-se” tem como principal elemento uma consagrada foto da soberana em sua juventude, quando atuava como militante na luta contra a ditadura militar, ironizando sua suposta omissão diante dos problemas do país.

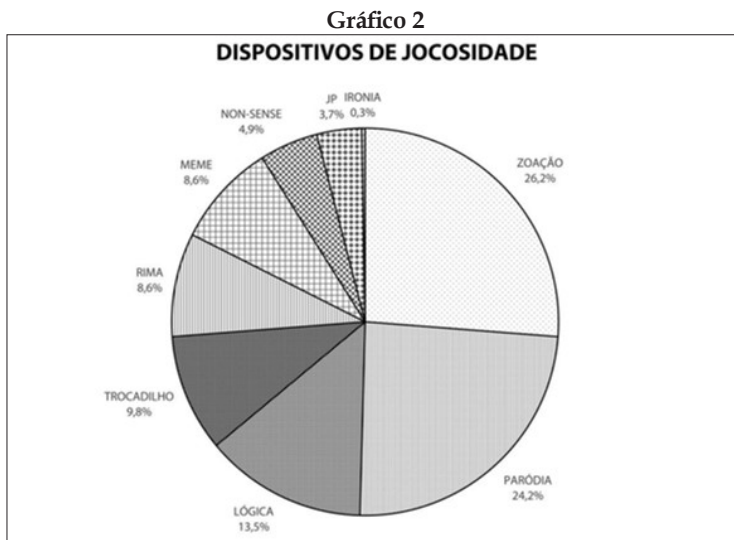
Os cartazes dependentes de ações para se efetivar, muito poucos, sobrepunham camadas de significação, produzindo efeitos de sentido distintos daqueles em que apenas o texto estivesse presente. Assim, por exemplo, um com a frase “Sou doente. Não tenho cura! Me aposente” adquire seu sentido jocoso ao ser conduzido por um manifestante travesti (“montado”, como dizem), direcionando a crítica à proposta de “cura gay” sob bombardeio naquele momento, ao mesmo tempo que critica os sistemas de saúde e previdenciário no país.

A preferência pelo texto como elemento principal da maioria dos cartazes (87% deles), entretanto, aponta para uma forma de comunicação mais direta, aberta à interpretação apenas no interior dos recursos textuais e com ênfase em uma semiótica da crítica decorrente dessa escolha em suas dimensões estéticas (WERNECK; LORETTI, 2018): o recurso à expressão

escrita, mas com sentidos abertos, se mostrou a forma preferida dos manifestantes¹⁷.

Dispositivos de jocosidade

Foi possível observar a mobilização pelos manifestantes de nove diferentes tipos de dispositivos de jocosidade, isto é, distintas formas de discurso jocoso centrais em um cartaz. Eles podem ser vistos no Gráfico 2 a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em outro texto (WERNECK, 2015), explorei mais longamente um desses dispositivos, a *zoação*, aquele que usa o discurso crítico de forma jocosa como forma de fazer a crítica circular sem se constituir um momento crítico, configurando-se, naquela pesquisa, como uma *modulação* da crítica – promovendo um *slack moral*, isto é, uma economia de recursos avaliativos/agenciais. Por outro lado, como já disse, uma manifestação política coletiva altera o estabelecimento de momentos críticos por conta de seu caráter monológico: no protesto, apenas um lado fala. Assim, a *zoação*, nesse caso,

¹⁷ Não se pode ignorar possíveis e eventuais razões práticas para isso: a iniciativa de produzir um cartaz com fotos, desenhos, objetos ou performances conjugadas é claramente mais trabalhosa, eventualmente mais custosa e mais demandante de determinadas competências menos difundidas e mesmo de certos temperamentos e disposições subjetivas. Uma discussão sobre essa escolha, no entanto, escapa ao escopo da pesquisa. Com efeito, aquilo de que se pode falar aqui é o resultado: os manifestantes recorreram mais a textos escritos do que a outros recursos.

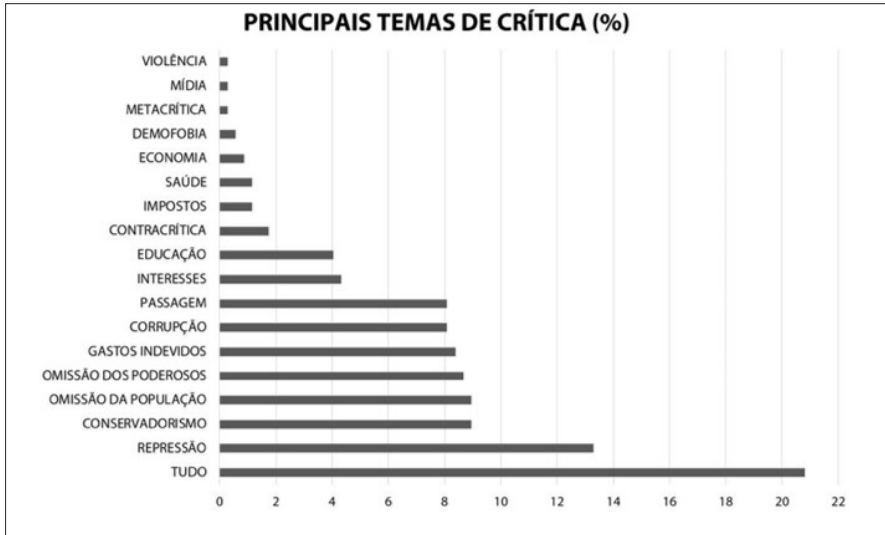
adquire o caráter de *crítica acusatorial* (MISSE; WERNECK, 2011; WERNECK; LORETTI, 2018). De todo modo, o fato de o recurso privilegiado dos cartazes (mais da metade dos casos) ser a esse dispositivo e à paródia – na qual se imita outra obra, alterando-se seus traços de forma jocosa – demonstra a mobilização a uma forma de humor mais contextual, recorrendo-se a informações do ambiente e ao apelo complexo à compreensão de muitos (WERNECK, 2016). Salvo o meme (8,6% dos casos) e a ironia (0,3%), também profundamente contextuais, os outros dispositivos são mais fortemente formais em termos linguageiros: jogos de palavra (JP), *nonsense* (no qual se constrói uma situação absurda), rimas, trocadilhos (onde se troca parte de um signo, produzindo-se um novo sentido com fins jocosos – ver Pollack, 2012) e construções centradas na subversão da lógica são mais centradas na forma do que no conteúdo. Assim, por exemplo, quando um cartaz diz “Brasil, um país de todos (todos os banqueiros e empreiteiras)”, sua efetivação como crítica depende de sua audiência conhecer o *motto* externo aos parênteses, *slogan* dos governos Lula e Dilma, fundamental para o funcionamento da paródia. Igualmente, um cartaz direcionado a/tratando de uma figura famosa depende do conhecimento de toda uma ambientação para ser compreendido. Por sua vez, “Enquanto a bola rola, falta saúde e escola”, “Uma cidade muda não muda” e “Nem Leonardo dá R\$ 0,20”, por mais que dependam em certo nível de informações contextuais (como o valor do aumento das passagens que desencadeou a onda de protestos), são muito mais centrados em suas formas poéticas e em suas dimensões expressivas formais. Ainda assim, é digno de nota que o conjunto dessas mobilizações linguageiras represente 40,5% dos casos, expondo certo equilíbrio entre ele e a mais contextual.

Principais temas

A observação dos principais temas do discurso crítico dos protestos de 2013-2014 permite acessar uma série de dimensões daquele momento, já bastante explorada por outros pesquisadores – por exemplo, Scherer-Warren (2014) e Pinto (2017). Neste artigo, enfatizo a relação entre os temas e a forma jocosa¹⁸. O Gráfico 3 apresenta, então, as principais críticas jocosamente veiculadas nos protestos:

¹⁸ Este é um quadro das principais críticas feitas de forma jocosa nas manifestações, não podendo ser tomado como um quadro geral das críticas nelas circulantes, muito embora sua presença tenha sido muitas vezes maciça.

Gráfico 3



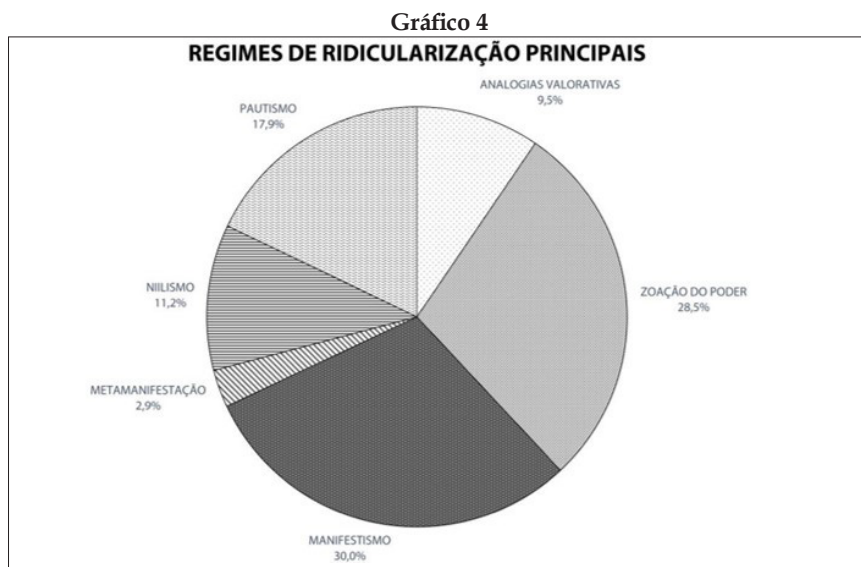
Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre aquelas falas que lançaram mão da ridicularização, chama a atenção uma crítica niilista – a “tudo” – ser a de maior destaque, com 20,8% das ocorrências. Mas uma lupa na associação entre duas outras categorias produz uma informação importante: somadas, as categorias repressão (13,3%) e omissão da população (9%), que podem representar um conjunto *manifestista* (isto é, centrado no direito ou na dinâmica do se manifestar politicamente, como veremos adiante) de críticas (a primeira, ao Estado; a segunda, ao povo) superam (com 22,3%) aquela outra. Além disso, é possível ler nesse gráfico três regiões: uma de até 5% das ocorrências; outra a partir de 8%; e uma terceira com mais de 20%. Na primeira, vemos críticas mais difusas, temas mais gerais e pouco específicos no debate daquele momento – como questões econômicas mais concretas¹⁹. Na segunda, pautas específicas das Jornadas, como o preço dos transportes, os gastos indevidos (especialmente com os megaeventos) e a corrupção. Na última região, estão aqueles elementos que acabaram por sustentar mais centralmente as manifestações: o *niilismo* e o *manifestismo*, como veremos a seguir.

¹⁹ Para uma discussão sobre o papel das pautas econômicas nas manifestações e sobre como estas repercutiram nos agentes econômicos, ver Cattani (2014b).

Regimes de manifestação jocosa

A observação articulada entre os eixos precedentes mostrou que as críticas jocosas se definiam conforme diferentes regimes, isto é, diferentes planos de competência gramatical, segundo os quais essas críticas se efetivavam como tais – isto é, produziam sua “*definição de situação*” (THOMAS, 1966[1923]) como crítica (WERNECK; LORETTI, 2018), sendo entendidas pragmaticamente como tal pelos envolvidos. Esses regimes variam conforme a maneira segundo a qual se articulam o objeto da crítica e a forma de humor adotada para expô-lo, revelando uma relação íntima entre esses dois eixos e uma série de formas peculiares de *se reduzir ao absurdo* o objeto criticado. Assim, seis regimes de ridicularização puderam ser prospectados e são apresentados no Gráfico 4 a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Analogias valorativas

Nesse regime, responsável por 9,5% dos cartazes jocosos, a mensagem apresentada relaciona algum tema central às manifestações com objetos exteriores a ela. Aqui, então, está se dizendo que algo X criticado é tão ruim quanto Y ou não é tão bom quanto W, e o elemento de graça advém do ruído

entre X e Y ou W, associação imprevista, improvável, absurda, hiperbólica. A competência jocosa/crítica em jogo na construção é a *comparação*, já que conceber criativamente uma escala em que a valoração comum de ambos seja possível é o que faz graça. Assim, em geral, é criticado o fato de alguma utopia cívica – ou do compromisso chamado “*citê coletiva*” que traduz a ação do Estado (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2019[1991], p. 426) – não ser cumprida, e isso ocorrer da mesma forma como se manifesta algum outro problema (*disfunção*). Com isso, se mostra como a realidade problematizada é ridícula (por ser problemática) e, em consequência, os responsáveis por ela, indefensáveis. É o caso, por exemplo, dos seguintes cartazes (Fotos 3 e 4):

Foto 3



Fonte: Reprodução da internet.

Foto 4



Fonte: Reprodução da internet.

Em ambos os exemplos, um mesmo elemento externo, a maconha, é usado como dispositivo de comparação para valorar o problema, em ambos os casos como melhor alternativa: em um, à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, objeto de intensa oposição para os manifestantes; em outro, para o preço das passagens – e, ao mesmo tempo, neste caso, ainda se levanta outra pauta (externa à manifestação, mas presente no cotidiano da juventude): a liberação do uso de *cannabis*. Aqui, a *punchiline*, o elemento discursivo que promove a virada jocosa, vem pela comparação surpreendente entre os dois mundos: é justamente porque são tão apartados semiologicamente a seriedade da PEC 37 e algo tão festivo quanto o uso da erva que é possível fazer o gracejo. Ao mesmo tempo, no caso específico de um protesto, pode-se tornar simplesmente inadmissível (tanto a ponto de ser ridículo) a própria ideia de uma emenda constitucional que, no entender dos manifestantes, acabaria por favorecer a corrupção²⁰, ridicularização promovida por seu ingresso no cenário apresentado (no qual há a maconha), alterando-o. E muito embora não seja explicitado o responsável, apontado na denúncia como perseguidor, ele será sempre passível de ser apontado em um dos polos da analogia, já que a comparação costuma ser entre um agente externo e um elemento interno bastante claro.

Pautismo

Um segundo regime é caracterizado pela ênfase em pautas específicas, concentrando os esforços de graça/crítica na tradução dessa demanda. Nesse caso, que representou 17,9% dos cartazes analisados, a competência em jogo é a de fiscalização, já que opera cotejando ideal e mundo e apontando o dedo simplesmente para um tema e sua avaliação. Nesse caso, então, alguma “*questão social*” (CASTEL, 1998) ou “*problema público*” (GUSFIELD, 1981; CEFAÏ, 2002) entra em jogo, e a forma de ridicularização é a exposição hiperbólica da negatividade do mundo assolado por isso, havendo, assim, responsáveis bastante explícitos a apontar e admoestar. É o que se vê em cartazes como este (Foto 5):

²⁰ A PEC 37 propunha tornar a investigação criminal atividade exclusiva da polícia, excluindo o Ministério Público do processo investigativo, o que sofreu forte oposição da parte dos integrantes deste, com a sugestão de que as polícias, por estarem submetidas ao Poder Executivo, poderiam ser lenientes em relação a este em casos de corrupção. Em contrapartida, os defensores da proposta sugeriam que o MP operava uma ingerência na atividade investigativa, ampliando seus poderes e dominando todo o processo penal (uma vez que investigaria para as provas que corroborassem suas teses acusatorias e não para as apurações). A PEC foi votada na Câmara em junho de 2013, em meio aos protestos, e reprovada por 430 votos a 9, com duas abstenções.

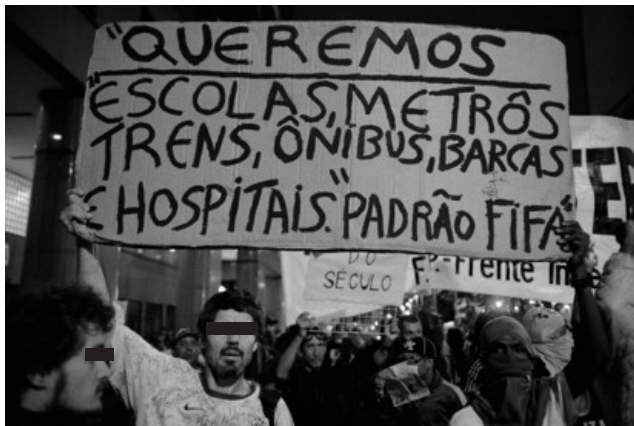
Foto 5



Fonte: Foto de Pedro Vilela, Agência AFP.

Nele, a manifestante conclama o governo a investir na educação tanto quanto investiria nos megaeventos esportivos – naquele momento, a Copa das Confederações; mas a Copa do Mundo ocorreria 1 ano depois, e os Jogos Olímpicos, 2 anos mais tarde. A graça aqui é produzida pelo lugar de metonímia ocupado pelo nome do jogador de futebol Neymar Júnior, estrela da Seleção Brasileira, e por se criar uma comparação entre dois níveis de investimento: os astronômicos do mundo do futebol e os mirrados que seriam destinados pelo governo à política educacional. No mesmo espírito, essa categoria também inclui alguns dos dispositivos mais recorrentes das manifestações, com o recurso à expressão “padrão Fifa” (Foto 6):

Foto 6



Fonte: Reprodução da internet.

Este outro caso faz uma espirituosa sugestão (de duplo sentido) de destino para os R\$ 0,20 que haviam sido acrescentados ao preço das passagens de ônibus naquele momento (Foto 7):

Foto 7



Fonte: Reprodução da internet.

Nihilismo

Nas cartolinas de muitos manifestantes, podiam ser vistas mensagens como estas (Fotos 8 e 9):

Foto 8



Fonte: Reprodução da internet.

Foto 9



Fonte: Reprodução da internet.

Em ambos os casos, representantes da mesma categoria de 11,2% dos anúncios, vemos uma mesma mensagem sintética geral: a impressão de que a política no Brasil se tornou impossível, ao menos nos moldes presentes: ela seria por demais torta, corrupta, demagógica, desligada dos interesses populares. Aqui, “Deseja formatar o Brasil?”, reproduzindo graficamente uma mensagem de erro de sistema operacional de computador, sugere a ideia de que é preciso começar tudo do zero (como quando se adota o procedimento computacional descrito). Ao mesmo tempo, o fato de haver “tanta coisa errada” que um cartaz seria insuficiente para expressá-lo não apenas reforça essa interpretação niilista como sublinha o protagonismo (jocosos) do cartaz, já que, ao mesmo tempo que um anúncio não basta, eilo ali para informar isso. Funciona em paralelo a outro muito recorrente, que informa: “Estou tão puto que fiz um cartaz”. Ambos mostram que, nessas manifestações, as pessoas, indignadas, utilizam principalmente esse dispositivo como maneira de reivindicar. Mas o fato é que são cartazes proclamando uma crítica generalizada: tudo está errado, nada mudará se não se mudar tudo, a multidão é contra “tudo isso que está aí” (*motto* de vários outros anúncios), a política não tem solução. Aqui, “tudo”, o objeto criticado, pode ser representado pelo “Brasil” ou assumir diferentes faces generalistas (a política, “eles”, “os poderosos”, “vocês” etc.) e a ênfase da graça está no processo de generalização da negatividade, de modo que a competência em jogo nesse regime é a *desconstrução*.

Manifestismo

Um dos regimes mais representativos dessa grande onda de protestos, marca de 30% dos cartazes, é o que chamo de *manifestismo*: como disse, com a forte repressão policial, jurídica e midiática que se formou contra as passeatas, rapidamente a reivindicação do direito à manifestação em si e a resposta a acusações de que seus empreendedores fossem violentos e/ou vândalos se tornou o centro dos discursos. Assim, o cartaz pelo cartaz se tornou um dispositivo para manifestar o manifestar-se por se manifestar, para exercer o direito democrático de manifestação e demonstrar que o poder não pode impedi-lo. Assim, vemos conclamações ao povo para sair às ruas, informações às autoridades de que a repressão não os vencerá, pedidos de paz, afirmações de que protesto não é vandalismo ou simplesmente assertivas do poder e do direito de protestar (Fotos 10, 11 e 12):

Foto 10



Fonte: Foto de Renato Bacon. Acervo pessoal.

Foto 11



Fonte: Foto de Daniel Marengo. Agência Folha Press.

Foto 12



Fonte: Foto reproduzida do jornal São Carlos Agora.

Na primeira imagem, duas das frases mais circulantes nos protestos: “Vem pra rua” e “Sai do Facebook [ou, como citado anteriormente, deixe de lado um videogame famoso, um site conhecido, a pornografia on-line, uma outra rede social recorrente]”. Na segunda, a metáfora informa, com um jogo de palavras, que a repressão não pode impedir os manifestantes. Na terceira, um misto de paródia e trocadilho – mobilizando palavras de ordem clássicas: “O povo unido jamais será vencido” – apresenta a potência desse mesmo povo em um outro registro. Assim, apresentam-se as tentativas de impedimento da manifestação como incapazes de a impedir, isso por meio da redução de sua força operada pelo deslocamento de sentido, recorrendo-se à *denúncia* dessa repressão como competência central.

Uma nota sobre metalinguagem

Uma curta observação sobre um pequeno grupo de cartazes, 2,9% do total, que operou um regime de ridicularização peculiar, que chamei de *metamanifestação*. Embora ele se aproxime do manifestismo, é digno de nota que ele o faça ironizando o próprio universo dos protestos. Vejamos sem mais delongas um exemplo (Foto 13):

Foto 13



Fonte: Reprodução da internet.

O que é proeminente aqui é que os poucos cartazes desse tipo se integraram perfeitamente ao universo dos protestos, sem ruído com a formação da fala comum de insatisfação ali presente. Com isso, mais do que meramente “fazendo número”, ele acaba por reforçar a potência do cartaz como dispositivo crítico – muito embora ele tenha sido considerado desrespeitoso por muitos em grupos focais sobre o tema realizados em outra fase da pesquisa (WERNECK, 2016).

Zoação do poder

A imagem a seguir faz alusão ao apresentador de José Luiz Datena, da TV Bandeirantes, que em 13 de junho de 2013, ao acompanhar ao vivo uma manifestação a partir do estúdio de seu programa, colocou no ar uma pesquisa em tempo real pela internet, na qual perguntava ao telespectador se este era a favor de protestos com “quebra-quebra” – já que alguns manifestantes expressavam sua revolta atirando pedras em vitrines e/ou enfrentando a polícia. Convicto do apoio de seus espectadores a sua posição contrária aos manifestantes, ele os conclamava a votar. Para sua surpresa, no entanto, a maioria dos pesquisados se mostrou favorável ao que ele energicamente caracterizava como “baderna”²¹. Assim, em um

²¹ A pesquisa perguntava “Você é a favor desse tipo de protesto?”, e era apresentada na tela da TV sobre imagens dos manifestantes em conflito com a polícia e enquanto o apresentador energicamente caracterizava as ações como vandalismo. Para sua revolta, o “sim” esteve à frente em todo o pleito, chegando ao placar de 3025 a 1943 no momento em que ele solicitou

momento dos protestos, eis que o bom humor de um manifestante levou este cartaz às ruas (Foto 14):

Foto 14



Fonte: Reprodução da internet.

Esse regime, representativo de 28,5% dos cartazes²², é centrado no ataque direto aos poderosos e concentrado na zoação de figuras famosas e/ou que representem o poder. Nele, vemos se fazer pouco caso do poderoso diretamente, apontando a ele uma crítica irônica, sarcástica ou mesmo marrenta (WERNECK, 2015). Aqui, então, vê-se um esforço para que o poder – “os poderosos”, aqueles contra os quais a iniciativa popular de protesto se bate em última instância – seja deslegitimado. É ele aqui o ridicularizado. Trata-se, então, de uma piada acusatória, a fim de, ao mesmo tempo, apontar a negatividade moral do oponente e de afirmar que seu poder, no final das contas, não é tão poderoso assim. Dessa maneira, governos, no nome de seus personagens, na manifestação de suas estruturas e na metonímia de

que fosse mudada a pergunta, porque, segundo ele, estava mal formulada, e o espectador não havia entendido que ele se referia negativamente às manifestações. A nova pergunta, “Você é a favor de protesto com baderna?”, no entanto, surtiu o mesmo resultado: 2346 a 995 pelo “sim”.

²²O ataque ao poder por meio do humor é de fato a forma mais recorrentemente observada nos estudos de protestos jocosos. Para análises mais concentradas de suas várias manifestações em vários contextos – cuja comparação expandiria por demais este artigo – ver Colebrook (2004), Hart e Bos (2008), Beckman (2014), Yacintas (2015), Berger (2017[1997]), Trnka e Rehak (2018) e Mina (2019).

suas ações, tornam-se alvos. E um dos exemplares mais recorrentes desse mecanismo está na grande quantidade de cartazes direcionados à polícia. Ora, como vimos, a violência policial contra os manifestantes foi um tema recorrente naquele momento. Assim, tem lugar um verdadeiro bombardeio de cartazes zoando justamente o poder dos policiais, como aquele que abre este artigo ou o seguinte (Foto 15):

Foto 15



Fonte: Reprodução da internet.

Neste último, a caçoada é feita se aludindo à letra da canção popular “Dormi na praça”, da dupla sertaneja Bruno e Marrone, representada no cartaz pela capa de seu disco, para, deslocando-se o sentido de um dos versos, ridicularizar a polícia e, ao mesmo tempo, dar-se vazão ao discurso, forte a partir de certa altura dos protestos, de que os policiais eram, como trabalhadores, tão vítimas quanto os manifestantes – o que era representado por outros cartazes, como aquele com a frase: “O fardado também é roubado”. Dessa forma, ao mesmo tempo que se pede jocosamente que o PM não agrida os manifestantes, conclama-se para que ele se junte à luta.

E, além da repressão, outras dimensões do poder foram atacadas. Por exemplo, como naquele momento os gastos referentes à Copa do Mundo, que se avizinhava, estavam em jogo – na comparação com gastos públicos criticados como insuficientes em áreas essenciais como educação ou saúde –, várias alusões a figuras ligadas ao evento são mobilizadas. Por exemplo (Foto 16):

Foto 16



Fonte: Reprodução da internet.

Nesse caso, a menção ao repórter/apresentador Tiago Leifert, da TV Globo, que se tornou referência na cobertura da competição (especialmente por sua forma jocosa de fazê-lo), funciona como metonímia para deslegitimação não apenas da emissora, mas de toda a organização do evento – afinal, as duas instituições eram tidas pelos manifestantes, grosso modo, como amigas entre si e inimigas deles. Ambas estariam em uma posição oposta ao bem de todos (WERNECK, 2012). O “chupa” é uma gíria, consagrada neste momento, que faz pouco caso do oponente, como que a dizer: “engula meu sucesso”.

Assim, todos esses casos mostram uma dinâmica segundo a qual se diz que os poderosos fizeram/fazem alguma coisa que coloca sua grandeza em questão – eles não mereceriam o poder (isto é, a condição de grandes dos mundos cívico ou coletivo ou ainda do da opinião, já que figuras midiáticas são também criticadas aqui) porque não o usam pelo bem comum. Dessa maneira, é de uma competência para a *redução* (de grandeza) que se está falando aqui.

De um painel variável de competências à graça como metacompetência no olhar crítico

O Quadro 1 a seguir sintetiza as variáveis relevantes dos diferentes regimes de ridicularização observados apresentados no item anterior:

Quadro 1

TIPO DE MANIFESTAÇÃO					
	ANALOGIAS VALORATIVAS	NIILISMO	MANIFESTISMO	PAUTISMO	ZOAÇÃO DO PODER
CRÍTICA FUNDAMENTAL	Alguns utopia cívica - ou do compromisso chamado "cité coletiva" - não é cumprida, e isso ocorre da mesma forma como se manifesta algum problema de outra ordem (disfunção)	O mundo se apresenta em situação abominável e irreparável	Está em curso uma agressão ao direito de livre manifestação	Alguns questão "social"	Os poderosos fizeram/ fazem alguma coisa que coloca sua grandeza em questão - eles não merecem o poder (isto é, a condição de grandes do mundo cívico ou coletivo) porque não o usam pelo bem comum
CRITICADO	Qualquer responsável pela não satisfação da utopia - mais recentemente, os governos (ou "os políticos"), o capitalismo ou "a mídia"	O ambiente, o contexto, o país, o mundo, a política	Os dispositivos de manutenção da ordem pelo uso da força (física ou simbólica)	O responsável pelo mundo no qual a pauta é colocada	A figura do poderoso
GRANDEZA QUESTIONADA	Da normalidade de alguma configuração social (distribuição de grandezas)	Da ordem estabelecida	Da liberdade como afirmada/ descrita pela poder	De algum mundo como adequado, correto ou competente	Do poderoso
FORMA DE RIDICULARIZAÇÃO	Comparação analógica entre a disfunção e algum outro problema, analogia essa hiperbólica, improvável ou absurda, mostrando como a disfunção é absurda	Apresentação das características insuperáveis da realidade com elementos hiperbólicos, improváveis ou absurdos	Apresentação das tentativas de impedimento da manifestação como incapazes de a impedir, isso por meio da redução de sua força operada pelo deslocamento de sentido	Da condição do mundo, exposta hiperbolicamente como negativa	Construção de uma crítica de formato jocoso (zoação) acusatorial direcionada ao ator poderoso
COMPETÊNCIA CRIATIVA DE EFETIVAÇÃO DA RIDICULARIZAÇÃO	Comparação	Desconstrução	Acusação	Fiscalização	Redução

Fonte: Elaborado pelo autor.

A ênfase na explicitação de diferentes regimes, e, portanto, de diferentes competências de operacionalização da graça na ridicularização, permitiu compreender melhor como os atores formalizam e buscam efetivar uma crítica por meio de dispositivos de jocosidade. Como se pode ver sinteticamente no quadro apresentado, as cinco gramáticas explicitam cada qual uma forma de operar uma competência que serve de metonímia da graça: comparar ou fiscalizar, por exemplo, são, nesse caso, fazê-lo de certa maneira, a saber, *engraçada*, pejada de graça. E essa maneira, chamada no diagrama de *forma de ridicularização*, é operada peculiarmente ao longo do quadro, uma galeria plural – e limitada apenas no que tem de resultante empírica: foram esses os regimes observados em campo – mas nada impede que outras competências de ridicularização (e, portanto, outras gramáticas gerativas da mesma) não venham a emergir de novas observações.

Mas se a decomposição permite enxergar uma multiplicidade de possibilidades experimentada pelos atores como recurso para seu empreendimento crítico jocoso (ou, por que não, jocoso crítico), um retorno à unificação parece tornar esse achado ainda mais significativo: ter passado por esse quadro de regimes ajuda a enxergar também o que eles têm em comum, a saber, um mesmo fundamento de mobilização da graça, permitindo reconhecê-la como uma *metacompetência*: a de constituição de um lugar a partir do qual se olha para a situação e dela se fala. Esse lugar, intermediado pela jocosidade, só se torna possível graças à inspiração, a partir de uma categoria particular da forma-piada, necessariamente acusatorial: nela, o setup é construído pela caracterização do que se quer ridicularizar (justamente o lado criticado), e a *punchline* vem como apresentação de uma mensagem segundo a qual se mergulha o objeto criticado na falta de seriedade, ridicularizando-o – o que o anula, enfraquece como interlocutor, extraindo-o de qualquer possibilidade de *accountability*, e reforça a potência da crítica.

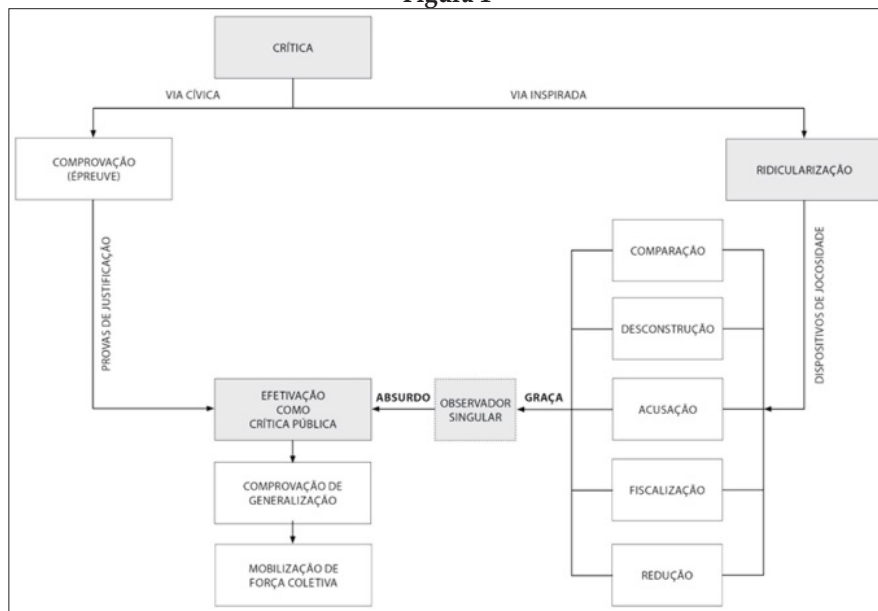
O caminho de uma crítica aspirante à generalização pública e, portanto, à adesão de força coletiva a sua actância, dessa maneira, se subdivide (pelo menos) em dois: de um lado, uma via cívica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2019[1991]), segundo a qual, como demonstra a dinâmica da denúncia pública (BOLTANSKI, 1990), os críticos reivindicam a condição de representantes do restante da sociedade, sugerindo a ela que aquilo que levam a público é de seu interesse, que sua voz é a voz dela; de outro lado, uma via *inspirada* (BOLTANSKI; THÉVENOT, *ibidem*), que apresenta a forma da crítica como cheia de graça, mais forte do ponto de vista da singularização de sua

expressão. No primeiro caso, a dinâmica em jogo, como afirmei ao discutir o imperativo calculista da avaliação moral, demanda a abertura de um protocolo de *comprovação* (*épreuve*). No segundo caso, toda a dinâmica aqui exposta entra em jogo: trata-se de se optar por um regime de ridicularização para, por meio de algum dispositivo de jocosidade, construir um actante a ser inserido no sistema actancial da denúncia, o *observador singular*, que, cheio de graça, torna-se um ponto fixo a partir do qual o mundo diante dos olhos poderá sempre ser lido como *absurdo*, e sua negatividade moral, como óbvia (tanto que pode virar objeto de gracejo, virar piada). Esse observador se posiciona diante da possibilidade de *épreuve* e, singular que é, desloca para uma circunstância específica a situação, construindo o que Nielsen (2019) chama de “verdade transitória”, própria à construção de enunciados da comédia, um tipo que “precede qualquer reflexão ao atingir nas entranhas com a imediata e corpórea tomada de consciência de que as percepções apresentadas (...) contêm certo estranho e distorcido valor de verdade”. A ideia do autor é que essa verdade é aquela “comprovada” pela descarga emocional do riso. Pode-se, entretanto, prosseguir no argumento: ela se fundamenta na circunstancialidade da graça, expressada aí pela efetivação emocional/involuntária do riso, mas em sentido geral na efetivação contingente da veracidade da crítica contida no discurso jocosos.

Ele será, então, agente de uma simplificação que chamo em outros trabalhos de “moralista” (WERNECK, 2012, 2018b; WERNECK; LORETTI, 2018), aquela em que se recusa a complexidade moral do mundo que conduziria a situação crítica para o jogo crítica/*accountability* (isto é, a prestação de contas entre os atores sob o imperativo de acordo descrito no modelo das EG) e se parte para a afirmação de validade de uma moral única, a partir da qual aquilo diante dos olhos é simplesmente *errado* (em vez de portador de uma carência de sentido a ser sanada pelas justificações ou desculpas). Esse observador singular (e moralista), a partir de um lugar no qual ele ri do mundo, operará, então, e convidará a todos com quem compartilhar sua piada a se unirem a ele nisso, o rebaixamento moral da situação ou do ator criticados, promovendo seu radical desempoderamento – e, portanto, uma demonstração prática de que, além de ser difícil de defender, aquele ali é também fácil de atacar. Como diz Berger (2017[1997], p. 274) sobre a sátira, “[a]ssim como as artes marciais, ela sempre usa a força do adversário contra ele mesmo, transformando-a em fraqueza”.

A Figura 1 a seguir resume o argumento final:

Figura 1



Fonte: Elaborada pelo autor.

Referências

- ABREU, Demetrius Lopes de; LEITE, Jäder Ferreira. (2016). Protestos de Junho 2013 no Brasil: novos repertórios de confronto. *Polis e Psique*, vol.6, n. 3. pp. 12-35.
- ALONSO, Angela. (2017). A política nas ruas. *Novos Estudos Cebrap*. Especial Dinâmicas da Crise. pp. 49-58.
- ARRETICHE, Marta; ARAÚJO, Victor. (2017). O Brasil tornou-se mais conservador? Apoio à redistribuição e à taxação no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*. Especial Dinâmicas da Crise. pp. 15-22.
- AUSTIN, John L. (1956-1957). A Plea for Excuses: The Presidential Address. *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. 57. pp. 1-30.
- BECKMAN, John. (2014). *American Fun: Four Centuries of Joyous Revolt*. Nova York, Pantheon.
- BERGER, Peter L. (2017[1997]). *O riso redentor: a dimensão cômica da experiência humana*. Petrópolis: Vozes.
- BERGSON, Henri. (2001)[1900]. *O riso: Ensaio Sobre a Significação da Comicidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- BILLIG, Michael. (2005). *Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour*. Londres: Sage.
- BOLTANSKI, Luc. (1990). *L'Amour et la Justice comme Compétences: Trois Essais de Sociologie de l'Action*. Paris: Métailié.

- _____.
(2009). *De la Critique: Précis de Sociologie de l'Émancipation*. Paris: Gallimard.
- _____; THÉVENOT, Laurent.
(1983). Finding One's Way in Social Space: A Study Based on Games. *Social Science Information*, vol. 22, n. 4-5. pp. 631-679.
- _____; THÉVENOT, Laurent.
(2019[1991]). *A justificação: Sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- _____; THÉVENOT, Laurent.
(1999). The Sociology of Critical Capacity. *European Journal of Social Theory*. vol. 2, n. 3. pp. 359-377.
- BOS, Dennis; T'HART, Marjolein (orgs).
(2008) *Humour and Social Protest*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRINGEL, Breno.
(2013). Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*, XVI, 62. pp. 43-51.
- BURKE, Kenneth.
(1935). *Permanence and Change: An Anatomy of Purpose*. Nova York, New Republic.
- _____.
(1945). *A Grammar of Motives*. Berkeley, University of California Press.
- CASTEL, Robert.
(1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- CATTANI, Antonio David (org).
(2014a). *#protestos: Análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo.
- _____.
(2014b). O significado dos protestos urbanos segundo o mainstream econômico. In: *#protestos: Análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo. pp. 53-62.
- CEFAÏ, Daniel.
(2002). "Qu'est-ce qu'une arene publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (orgs). *L'heritage du pragmatisme: Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La-Tou-d'Aigues (França), Éditions de l'Aube.
- CHOCK, Phyllis Pease.
(2001). The Constrained Use of Irony in US Congressional Hearings on Immigration. In: FERNANDEZ, James W.; HUBER, Mary Taylor (orgs). *Irony in Action: Anthropology, Practice and the Moral Imagination*. Chicago, The University of Chicago Press. pp.41-62.
- COLEBROOK, Claire.
(2004). *Irony*. Nova York, Routledge.
- DAVIES, Christie.
(2011). *Jokes and Targets*. Bloomington (EUA), Indiana University Presss.
- DEWEY, John.
(1938). *Logic: The Theory of Inquiry*. Nova York, Henry Holt.
- ERMIDA, Isabel.
(2008). *The Language of Comic Narratives: Humor Construction in Short Stories*. Berlin e Nova York, Mouton de Gruyter.
- FREUD, Sigmund.
(2017[1905]). *O chiste e sua relação com o inconsciente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____.
(2011[1921]). Psicologia das massas e análise do Eu. In *Obras Completas*. vol. 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras. pp. 13-113.
- _____.
(2014[1927]). O humor. In *Obras Completas*. vol. 17: Inibição, Sintoma e Angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras. pp. 322-329.
- GARFINKEL, Harold.
(1967). *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, The Free Press.

- GONDIM, Linda M. P.
(2016). Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis*, vol.15, n. 44. pp.357-379.
- GUSFIELD, Joseph.
(1981). *The Culture of Public Problems: Drinking Driving and the Symbolic Order*. Chicago, The University of Chicago Press.
- HARVEY, David et al.
(2013). *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo. pp. 71-78.
- HEINICH, Nathalie.
(2005). *L'élite artiste: Excellence et singularité en régime démocratique*. Paris: Gallimard.
- HERZFELD, Michael.
(2001). Irony and Power: Towards a Politics of Mockery in Greece. In: FERNANDEZ, James W.; HUBER, Mary Taylor (orgs). *Irony in Action: Anthropology, Practice and the Moral Imagination*. Chicago: The University of Chicago Press. pp.63-83.
- HIRSCHMAN, Alfred.
(1973). *Saída, voz e lealdade: Reações ao declínio de firmas, organizações e Estados*. São Paulo: Perspectiva.
- _____
(1991). *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*. Cambridge (EUA): Harvard University Press.
- HODGE, Bob.
(2016). *Social Semiotics for a Complex World: Analysing Language and Social Meaning*. Londres: Polity.
- KAPLAN, Steve.
(2013). *The Hidden Tools of Comedy: The Serious Business of Being Funny*. Studio City (EUA), Michael Wiese Productions.
- KING, Barnaby.
(2016). *Clowning as Social Performance in Colombia: Ridicule and Resistance*. Londres: Bloomsbury.
- KUIPERS, Giselinde.
(2006). *Good Humor, Bad Taste: A Sociology of the Joke*. Berlin e Nova York, Mouton de Gruyter.
- LIMON, John.
(2000). *Stand-up Comedy in Theory, or, Abjection in America*. Dunham (EUA), Duke University Press.
- LIVET, Pierre; THÉVENOT, Laurent.
(1997). Modes d'action collective et construction éthique: Les émotions dans l'évaluation. In: DUPUY, Jean-Pierre; LIVET, Pierre (orgs). *Coloque de Cerisy: Les limites de la rationalité, tome 1: Rationalité éthique et cognition*. Paris: La Découverte. pp. 412-439.
- MEAD, George Herbert.
(1934). *Mind, Self, and Society*. Chicago, The University of Chicago Press.
- MINA, Na Xiao.
(2019). *Memes to Movements: How the World's Most Viral Media Is Changing Social Protest and Power*. Boston, Beacon.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino.
(2018). Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.33, n. 98. pp. 1-23.
- MOLES, Abraham.
(2004). *O cartaz*. São Paulo: Perspectiva.
- PEIRCE, Charles Sanders.
(1977[1893]). *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- _____
(1977[1897]). Divisão dos signos. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva. pp. 45-61.
- PETERS, E. Lloyd.
(1972). Aspects of the Control of Moral Ambiguities: A Comparative Analysis of Two Culturally Disparate Modes of Social Control. In: GLUCKMAN, Max (org). *The Allocation of Responsibility*. Manchester, Manchester University Press.

- PINTO, Céli Regina do Jardim.
(2017). A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 100. pp. 119-153.
- POLLACK, John.
(2012). *The Pun Also Rises: How the Humble Pun Revolutionized Language, Changed History, and Made Wordplay More Than Some Antics*. Nova York: Avery.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R.
(1940). On Joking Relationships. *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 13, n. 3. pp. 195-210.
- _____.
(1949). A Further Note on Joking Relationships. *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 19, n. 2. pp. 133-140.
- RINGER, Fritz.
(1997). *A metodologia de Max Weber: Unificação das ciências culturais e sociais*. São Paulo, Edusp.
- ROMANIENKO, Lisiunia A.
(2008). Carnival Laughter and the Desarming of the Oponent: Antagonism, Absurdity, and the Avant-Garde: Dismantling Soviet Opression through the Use of Theatrical Devices by Poland 'Orange' Solidarity Movement". In: BOS, Dennis; T'HART, Marjolein (orgs). *Humour and Social Protest*. Cambridge, Cambridge University Press. pp. 133-152.
- SACKS, Mike.
(2009). *And Here's the Kicker: Conversations with 21 Top Humor Writers on their Craft*. Cincinnati (EUA), Writer's Digest Books.
- _____.
(2014). *Poking a Dead Frog: Conversations with Today's Top Comedy Writers*. Nova York, Penguin.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus.
(2014). Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013. *Liinc em Revista*, vol. 10, n. 1. pp. 86-95.
- SANTOS, Mariana Chies Santiago; FACHINETTO, Rochele Fellini; RIBEIRO, Vítor Eduardo Alessandri.
(2014). Junho de 2013 e a retomada das ruas: conflitualidades e alguns desdobramentos legais pós-manifestações". In: CATTANI, David Antônio (org). *#protestos: Análises das ciências sociais*. Porto Alegre: Tomo. pp. 81-92.
- SCARTEZINI, Natalia.
(2016). A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 20. pp. 183-206.
- SCHÜTZ, Alfred.
(1943). The Problem of Rationality in the Social World. *Economica*, 10, 38. pp. 130-149.
- _____.
(2018[1967]). *A construção significativa do mundo social: uma introdução à sociologia compreensiva*. Petrópolis: Vozes.
- SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M.
(2008) [1968]. Accounts. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1, 2. pp. 139-172.
- SECCO, Lincoln.
(2013). As jornadas de junho. BOITEMPO; CARTA MAIOR. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo. pp. 71-78.
- SELL, Carlos Eduardo.
(2013). *Max Weber e a racionalização da vida*. Petrópolis: Vozes.
- SCHERER-WARREN, Ilse.
(2014). Manifestações de rua no Brasil 2013: Encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, vol. 27, n. 71. pp. 417-429.
- THÉVENOT, Laurent.
(1989). Équilibre et rationalité dans un univers complexe. *Revue Économique*, 40, 2. pp. 147-198.
- _____.
(1995). Émotions et évaluations dans les coordinations publiques. PAPERMAN, Patricia;

- OGIEN, Ruwen (orgs). *La couleur des pensées. Emotions, sentiments, intentions, (Raisons pratiques n°6)*. Paris, Editions de l'EHESS. pp.145-174.
- THOMAS, William I. (1966[1923]). *Unadjusted Girl: With Cases and Standpoint for Behavior Analysis*. Nova York, Harper and Row.
- THOMAS, James M. (2015). *Working to Laugh: Assembling Difference in American Stand-Up Comedy Venues*. Londres, Lexington.
- TRNKA, Susanna; REHAK, Jana Kopelent. (2018). *The Politics of Joking: Anthropological Engagements*. Londres, Routledge.
- VAN LEEUWEN, Theo. (2004). *Introducing Social Semiotics: An Introductory Textbook*. Londres: Routledge.
- WATSON, Cate. (2015). A Sociologist Walks into a Bar (and Other Academic Challenges): Towards a Methodology of Humour. *Sociology*, 49, 3. pp. 407-421.
- WEBER, Max. (2001[1904]). A "Objetividade" do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1947[1922]). *The Theory of Social and Economic Organization*. Glencoe (EUA), The Free Press.
- WERNECK, Alexandre. (2012). *A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2015). "Dar uma zoada", "botar a maior marra": Dispositivos morais de jocosidade como formas de efetivação e sua relação com a crítica. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 58, n. 1, pp. 187-221.
- _____. (2016). Uma sociologia da compreensão a partir do par crítica e jocosidade. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 3. pp. 482-503.
- _____. (2017). A antropologia de base do modelo das EG: Um agenciamento de capacidades. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Sociologia e Antropologia Pragmática no Cone Sul: *O Espaço Público em Contextos Diversos*. Niterói, UFF.
- _____. (2018a). Sobre a cité hedonista: uma ordem de grandeza baseada no prazer e na alegria". In: CORRÊA, Diogo Silva; CHARTAIN, Laura; CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara (orgs). *Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França*. São Paulo, Annablume. pp. 89-116.
- _____. (2018b). *O Moralismo Ostentatório: Um Estudo do Papel da Crítica Acusatorial nos Mundos Público e Privado*. Projeto de Pesquisa, CNPq.
- _____; LORETTI, Pricila. (2018). Critique-Form, Forms of Critique: The Different Dimensions of the Discourse of Discontent. *Sociologia & Antropologia*, vol. 8, n. 3. pp. 973-1008.
- WRIGHT MILLS, Charles. (1940). Situated Actions and Vocabularies of Motive. *American Sociological Review*, 5, 6. pp. 904-913.
- YACINTAS, Altug (org). (2015). *Creativity and Humour in Occupy Movements: Intellectual Disobedience in Turkey and Beyond*. Basingstoke (RU), Palgrave Macmillan.

Textos de jornais e revistas:

- BBC. (13/06/2013). Protestos e repressão acirram tensão em São Paulo. *BBC*, Brasil. Disponível (on-line) em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130604_protestos_saopaulo_mdb_dt

PASSARINHO, Nathalia.
(21/06/2013). Manifestação em Brasília tem três presos e mais de 120 feridos: Entre 35 mil e 40 mil pessoas, segundo a polícia, participaram de protesto. Secretário disse que polícia vai identificar vândalos “infiltrados” e prendê-los”. *G1*, Distrito Federal. Disponível (on-line) em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestacao-em-brasilia-tem-3-presos-e-mais-de-120-feridos.html>

ROMERO, Simon.
(17/06/2013). Thousands Gather for Protests in Brazil’s Largest Cities. *The New York Times*, Americas. Disponível (on-line) em: <http://www.nytimes.com/2013/06/18/world/americas/thousands-gather-for-protests-in-brazils-largest-cities.html>

ROSSI, Marina.
(28/01/2015). Dezoito meses após junho de 2013, PM ainda não sabe lidar com protestos: Para especialistas, uso de bombas de gás para reprimir “catracaço” no metrô de SP na terça revela despreparo e ausência de protocolo para agir nestas situações”. *El País*, Manifestações pelo Brasil. Disponível (on-line) em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/28/politica/1422465348_277841.html

WATTS, Jonathan.
(21/06/2013). Brazil Erupts in Protest: More Than a Million on the Streets: Demonstrators Accuse Police After Clashes in Rio and Several Other Cities. *The Guardian*, World, Americas. Disponível (on-line) em: <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/21/brazil-police-crowds-rio-protest>

Recebido em
maio de 2019

Aprovado em
outubro de 2019